

ULISBOA



Revista da Universidade de Lisboa | 37 | Maio 2026

MAPOTECA
SAÚDE PLANETÁRIA
LITERATURA

ALBERTO ARRUDA

SINGULARIDADE
E COMENTÁRIO

ENSAIOS
SOBRE CERTEZA,
MENTE E ARTE
EM
WITTGENSTEIN



IMPRESA
DA UNIVERSIDADE
DE LISBOA



PROGRAMAS DE
DOUTORAMENTO
INOVADORES,
PATRIMÓNIO
EXCEPCIONAL, E,
COMO SEMPRE, AS
PESSOAS DA NOSSA
COMUNIDADE
ACADÉMICA. NESTE
NÚMERO OLHAMOS
PARA ESTES TRÊS
EIXOS ESSENCIAIS
DA ULISBOA.

Quisemos saber mais sobre o programa de doutoramento em Estudos de Saúde Planetária da ULisboa, uma iniciativa ambiciosa e pioneira, resultado da colaboração que envolveu as 19 escolas da ULisboa, e teve início este ano lectivo. Falámos com a coordenadora do programa, a vice-reitora Cecília Rodrigues.

Visitámos também a Mapoteca do Centro de Estudos Geográficos do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, onde se preservam mais de 50 mil mapas. O coordenador científico, Francisco Roque de Oliveira, e a sua diretora técnica, Sandra Domingues, deram-nos a conhecer este extraordinário património da ULisboa.

Entrevistamos também três membros da nossa comunidade académica: Carlos Pina, presidente do Conselho Geral da ULisboa desde 2021, reeleito para um segundo mandato; Miguel Tamen, professor na Faculdade de Letras, diretor e fundador do Programa em Teoria da Literatura e um dos principais promotores da licenciatura em Estudos Gerais; e o antigo aluno da Faculdade de Letras, João Marcelo (Éme), escritor de canções e músico, que nos falou do seu percurso e dos seus anos na ULisboa.

E, como sempre, as rubricas habituais: «Sobre» a dança incessante da chuva, por Carlos da Câmara, da Faculdade de Ciências; «4 coisas», por Raquel Barata, Coordenadora do Núcleo Educativo e de Exposições do Museu Nacional de História Natural e da Ciência, e no «Quem lê por último», Telmo Rodrigues sugere a leitura de *Singularidade e Comentário* de Alberto Arruda.

ÍNDICE

1 - 2

Editorial
Índice

3

Notícias

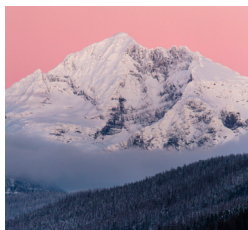
6 - 7

Sobre
A Dança Incessante
da Chuva
CARLOS DA CAMARA

4 Coisas
Raquel Barata

8

Saúde Planetária



14

Miguel Tamen



18

Admirável mundo
cartografado



24

Carlos Pina



28

E assim sucessivamente
Éme



32

Quem lê por último
Telmo Rodrigues lê
Singularidade e Comentário



Edição e propriedade | Universidade
de Lisboa • Departamento de Arquivo,
Documentação e Publicações

Diretor | Henrique Leitão

Direção executiva e produção | Ana Silva Rigueiro

Redação e comunicação | Ana Luísa Valdeira
Gonçalo Gomes • Helena Carneiro

Fotografias | Ana Luísa Valdeira • André Farias Filipe
Raquel Montez Raimundo

Capa | Fotografia da rotação do filme *Quimera do Ouro*
(1925), Charlie Chaplin © Charlie Chaplin Archive

Contracapa | Fotografia aérea do Campuhan Ridge Walk em
Ubud, Bali, Indonésia © Artem Beliaikin
Planetary Health Doctoral Programme:
ulisboa.pt/planetary-health-studies

Design gráfico | Ana Luísa Valdeira

Impressão | Lidergraf – Sustainable Printing

Tiragem | 10 000 exemplares

Periodicidade | março, maio, outubro e dezembro

Assinaturas e distribuição
imprensa@reitoria.ulisboa.pt

Depósito legal | 418564/16

ISSN | 2183-8844

Contactos gerais
Imprensa da Universidade de Lisboa
Alameda da Universidade - Cidade Universitária
1649-004 Lisboa • Portugal
Tel.: +351 217 904 750 - Ext. 519 752
E-mail: imprensa@reitoria.ulisboa.pt

Distribuição Gratuita

UI
**IMPRESA
DA UNIVERSIDADE
DE LISBOA**



INESC-ID cria laboratório dedicado à IA

O Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores – Investigação e Desenvolvimento em Lisboa (INESC-ID), unidade de investigação do Instituto Superior Técnico da Universidade de Lisboa, garantiu um financiamento de 27,2 milhões de euros para a criação do *Sustainable Artificial Intelligence Laboratory* (SAIL), um novo centro de excelência dedicado à Inteligência Artificial (IA) sustentável e de confiança. O financiamento foi atribuído no âmbito do programa Horizon Europe, através da iniciativa «Teaming for Excellence». Este montante inclui uma subvenção de 13 milhões de euros da União Europeia, complementada por 14,2 milhões de euros de financiamento nacional. A equipa responsável pela candidatura integra Arlindo Oliveira, Inês Lynce e Rodrigo Rodrigues, docentes do IST e investigadores do INESC-ID. Liderado nacionalmente, o projeto será desen-

volvido em colaboração com o Max Planck Institute for Software Systems e o German Research Center for Artificial Intelligence, envolvendo os investigadores do Técnico em atividades de investigação e inovação em áreas como a explicabilidade e o raciocínio em sistemas de IA, a sustentabilidade computacional e a segurança na utilização destas tecnologias. No âmbito da formação avançada, o projeto prevê igualmente a criação de um programa doutoral conjunto em Inteligência Artificial, atribuído pelo Técnico e pela Rheinland-Pfälzische Technische Universität, bem como o desenvolvimento de iniciativas de ligação à indústria, incluindo projetos colaborativos, um «Living Lab» e mecanismos de transferência de tecnologia. O centro integrará ainda um polo dedicado à ética e regulação da IA e o desenvolvimento de infraestruturas físicas e computacionais para teste e validação de tecnologias.



Aplicação para gerir o stress e o *burnout*

A Universidade de Lisboa lançou a UMIND, uma nova aplicação digital inteiramente dedicada a apoiar a saúde mental e o bem-estar da sua comunidade estudantil, com cerca de 51 000 estudantes. Desenvol-

vida em estreita parceria com a *startup* Mindout, esta solução tecnológica tem como principal objetivo promover um equilíbrio saudável entre a exigente vida académica e a esfera pessoal dos jovens universitários. A aplicação disponibiliza um vasto leque de conteúdos práticos e exercícios simples, acompanhados por planos desenhados à medida do quotidiano universitário.

Estas ferramentas interativas permitem aos estudantes adquirir e treinar estratégias eficazes para a gestão diária do stress, a prevenção ativa do *burnout* (esgotamento) e o desenvolvimento sustentado de hábitos de vida mais saudáveis, algo que terá um reflexo direto na melhoria do seu desempenho escolar e bem-estar geral.

Um dos grandes destaques técnicos e funcionais da UMIND é a sua ferramenta integrada de autoavaliação do estado psicológico. Mais do que um simples rastreio, o sistema analisa os resultados introduzidos pelo utilizador e, caso detete necessidade de apoio especializado, encaminha o estudante de forma direta para os serviços de psicologia oficiais da Universidade de Lisboa, garantindo uma resposta institucional, humana e atempada.

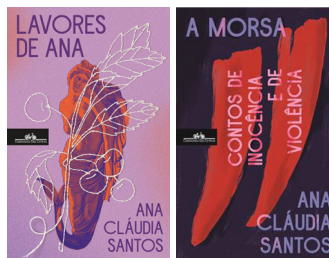
O acesso à aplicação UMIND é gratuito durante o primeiro mês de utilização, bastando para isso que os estudantes efetuem a autenticação na plataforma utilizando as suas credenciais institucionais habituais.



© Ana Luísa Valdeira

Ana Cláudia Santos vence Futurawards

Ana Cláudia Santos, antiga aluna da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, vence o prémio Futurawards, na categoria de literatura, com o romance *Lavores de Ana*. Para o prémio de literatura, estavam ainda nomeadas obras de Gonçalo M. Tavares, Tatiana Faia e Valério Romão. Ana Cláudia Santos nasceu em



1984, em Lisboa, e tem fortes raízes familiares em Beja, cidade onde viveu a sua adolescência. É escritora e tradutora, e foi editora da Imprensa da Universidade de Lisboa. Traduziu, entre outros, Giambattista Vico, Carlo Collodi, Italo Svevo, Sergio Solmi, Fleur Jaeggy, Alba de Céspedes e Natalia Ginzburg. É autora de *A morsal* — *Contos de inocência e de violência* e do romance *Lavores de Ana*, premiado no Futurawards e considerado um dos melhores livros do ano de 2025 pelo jornal *Público*.



© Ana Luísa Valdeira

ULisboa na 96.^a Feira do Livro de Lisboa

A Imprensa da Universidade de Lisboa, a Imprensa de Ciências Sociais e a ISTPress marcam presença na 96.^a Feira do Livro de Lisboa, entre 27 de maio e 14 de junho de 2026. No pavilhão da Imprensa da Universidade de Lisboa, haverá ainda edições do Museu Nacional de História Natural e da Ciência e do Instituto de Investigação Científica Tropical.



Luís Ferreira eleito presidente do Conselho de Reitores

O Reitor da Universidade de Lisboa, Luís Manuel dos Anjos Ferreira, foi eleito Presidente do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP), assumindo a liderança de um organismo central na coordenação e representação do sistema universitário nacional. Sucede, assim, a Paulo Jorge Ferreira, reitor da Universidade de Aveiro, eleito em 2023. Luís Ferreira será coadjuvado pelo reitor da Universidade do Minho, Pedro Arezes, que assumirá o cargo de vice-presidente do CRUP.

Professor catedrático e Reitor da Universidade de Lisboa desde 2021, Luís Ferreira tem desenvolvido um percurso académico e institucional marcado pela ligação à ciência, inovação e políticas de ensino superior, liderando uma das mais relevantes universidades do país. A sua candidatura à presidência do CRUP surge num momento decisivo para o ensino superior português marcado por profundas transformações estruturais, desafios de financiamento e pelo

impacto crescente da transição digital e da inteligência artificial.

No seu programa de ação, o Reitor destaca o progresso significativo das últimas décadas, com Portugal a aproximar-se dos padrões internacionais de qualificação, sublinhando, contudo, a necessidade de responder a fragilidades persistentes, como o subfinanciamento crónico das instituições, as limitações à autonomia universitária e os desafios na valorização de recursos humanos. A visão apresentada aponta para universidades mais abertas, flexíveis e centrais no desenvolvimento económico, social e cultural do país, assumindo um papel determinante na produção de conhecimento e na formação de cidadãos. Luís Ferreira defende ainda um CRUP mais interventivo e influente, capaz de se afirmar como interlocutor estratégico junto do Governo e como agente ativo na definição de políticas públicas para o ensino superior e para a ciência.

A DANÇA INCESSANTE DA CHUVA

Carlos da Camara *



A chuva é um verdadeiro maná pelos benefícios que traz aos diversos componentes do sistema climático, nomeadamente à atmosfera, removendo partículas em suspensão e poluentes; à hidrosfera e à criosfera, alimentando as nascentes, os rios, os lagos e os glaciares; à litosfera, recarregando os aquíferos e humidificando os solos; à biosfera, fornecendo água a ecossistemas e *habitats*; e à antroposfera, sustentando a agricultura e a pecuária e recarregando as barragens que geram energia hidroelétrica e abastecem de água as populações. Mas, com enorme facilidade, essa mesma chuva pode tornar-se sinónimo de miséria e devastação. A precipitação, quando em falta continuada, leva a episódios de seca com impactos sérios nos ecossistemas, nas atividades socioeconómicas e na saúde, e, quando em excesso, origina cheias e deslizamentos de terra que afetam a paisagem e causam prejuízos de monta.

Entender os processos que regulam a distribuição e a intensidade da precipitação à escala global reveste-se, por isso, de enorme importância, sobretudo nos tempos que correm em que as alterações climáticas, resultantes da atividade humana, têm vindo a afetar, de forma cada vez mais profunda, a circulação da atmosfera e dos oceanos que modula os regimes da precipitação.

Com efeito, a precipitação, conjuntamente com a evapotranspiração e o transporte atmosférico de vapor de água, constitui o ramo aéreo do ciclo hidrológico, o qual consiste no trânsito incessante da água, nas suas fases líquida, sólida e de vapor, através de todos os acima mencionados componentes do sistema climático. Alimentado pela energia do Sol e da gravidade, o ramo aéreo do ciclo hidrológico garante um transporte eficiente do vapor de água das regiões equatoriais húmidas e das regiões oceânicas, onde se dá a maior evaporação, até às zonas onde se formam as grandes massas nublosas e a água precipita sob a forma de chuva, neve ou granizo, seja devido à convergência de ventos, seja ao en-

contro de massas de ar, seja ainda à subida forçada ao longo das encostas das montanhas. Nesse processo de transporte assumem papel muito relevante os denominados rios atmosféricos que são faixas muito longas e estreitas, com um comprimento que pode atingir milhares de quilómetros, em que se observam concentrações muito elevadas de vapor de água.

É importante mencionar que, ao passar do estado sólido ou líquido ao estado gasoso, a água absorve quantidades muito elevadas de energia, a qual é libertada quando, depois de transportado, o vapor de água retorna ao estado sólido ou líquido pelo que, além de garantir uma renovação contínua da água no sistema climático, o ciclo hidrológico é um redistribuidor muito eficiente de energia entre os diversos componentes do sistema. Ora, o aumento da concentração dos gases com efeito de estufa leva a um aumento de retenção da radiação térmica emitida pelo globo e a um conseqüente aumento da energia da atmosfera o que, além de se traduzir numa subida da temperatura, implica um ciclo hidrológico exacerbado, com chuvadas mais intensas que rapidamente saturam os solos tornando menos eficiente o processo de infiltração, a que se contrapõem episódios de seca mais prolongados cujos efeitos adversos no solo e na vegetação são agravados por valores mais elevados da evapotranspiração, favorecida por um ambiente mais quente.

A dança incessante da chuva e os ritmos regionais que apresenta são resultado de um grande número de processos que têm lugar no sistema climático e abarcam um leque variado de escalas espaciotemporais, da local à planetária, da subhorária à secular. Por esta razão, a monitorização dessa dança permite acompanhar a dinâmica da circulação geral da atmosfera e avaliar os impactos resultantes das alterações climáticas, em particular nos denominados *hot spots*, isto é, nas regiões que são mais sensíveis a esses impactos, entre as quais se encontram as regiões de clima mediterrânico em que o território português se insere.

RAQUEL BARATA *



VEGETAL

Plantas: sem elas não existiria vida. Devemos entender a urgência de proteção das florestas nativas como se da nossa vida se tratasse: sem elas não existe abrigo, sustento, proteção, ou o que consumimos na espuma dos dias... Num momento em que Portugal autoriza o abate de milhares de sobreiros – árvore nacional protegida por lei – em nome de empreendimentos «verdes», deixo um grito de protesto: verdes são as árvores e essenciais são as nossas florestas! Que possam os jardins botânicos manter as espécies nativas vivas para replantação futura e que possa, cada um de nós, agir para garantir a sustentabilidade desse futuro e assegurar alguma qualidade de vida para as novas gerações.



ANIMAL

Nos animais, a espécie humana destaca-se pela potencialidade de consciência, mas nem sempre reconhece a depleção dos recursos como consequência da sua atividade. O consumo imediato sobrepõe-se a preocupações com o futuro. Em 1962, Rachel Carson lança o livro *Primavera Silenciosa*, expondo efeitos nocivos dos pesticidas nos sistemas vivos, mas nem por isso a prática foi erradicada... A partir de 28 de maio, a exposição *Antropo(Cênico)* vem problematizar o impacto humano sobre o planeta, a partir de uma instalação com inúmeros animais provenientes da caça: «o ser humano é parte da natureza e a sua guerra contra a natureza é, inevitavelmente, uma guerra contra si mesmo», escreveu Carson.



MINERAL

Ter conhecido o geólogo e poeta angolano Leopoldo G. Borges em *Tudo sobre Deus*, de José Eduardo Agualusa, foi uma agradável surpresa. Leopoldo escolhe o deserto do Namibe para última morada, partilhando com a planta tumbo (*Welwitschia mirabilis*) uma vastidão mineral, numa «escavação – não de pedras, mas da própria alma». Rodeado de areias e pensamentos revê e reajusta episódios da sua vida e daqueles que ama. Faz-nos pensar que o silêncio e o distanciamento do que nos é familiar possa ser necessário para originar o entendimento das coisas, ou da vida no seu esplendor... e que o fim de uma vida possa ser o início de outra: «As pedras bocejando, abrindo um olho, e depois outro...»



ESPECIAL

Observar o céu numa noite estrelada evidencia a nossa insignificância na vastidão do Universo... Entender que a vida na Terra é um resultado de lotaria, como dizia Jay Gould, é estonteante. E quando acontecem fenómenos astronómicos, a humanidade inclina-se perante a inegável grandiosidade: no dia 12 de agosto ocorrerá um eclipse do Sol como não acontece há mais de 100 anos! Em Portugal, a Lua só tapaná completamente o Sol na região de Bragança, mas por todo o país será possível observar um eclipse parcial: como acontece perto do pôr do sol, há que procurar um bom local de observação. O MUHNAC da Universidade de Lisboa terá boas sugestões para garantir lugar neste espetáculo astronómico.

* Coordenadora do Núcleo Educativo e de Exposições do Museu Nacional de História Natural e da Ciência



Grand Canyon, estado do Arizona,
Estados Unidos da América © Tim Trad

Uma curiosidade necessária

O PROGRAMA DE DOUTORAMENTO EM ESTUDOS DE SAÚDE PLANETÁRIA

O presente ano letivo marca o início do Programa de Doutorado em Estudos de Saúde Planetária da Universidade de Lisboa, o primeiro a nível nacional. Na sua origem, está um processo colaborativo e de cocriação longo que envolveu as 19 escolas da Universidade. Falamos com a sua coordenadora, a vice-reitora Cecília Rodrigues, que partilhou com entusiasmo todos os detalhes sobre o Programa que acolheu o seu primeiro grupo de alunos no passado mês de outubro.

A pesar do elevado número de candidaturas recebidas, o Programa admitiu apenas 30 alunos, sendo esse o número previsto de admissão anual. No passado mês de janeiro, abriram as candidaturas para o próximo ano letivo, divididas e calendarizadas em três fases. Terminada a primeira fase, onde foram selecionados 14 alunos, seguir-se-á a segunda e, se necessária, uma terceira fase. Lecionado integralmente em inglês, o Programa conseguiu atrair um grupo de alunos muito variado na sua proveniência geográfica mas também nos seus interesses e formação; com alunos do Brasil, de Singapura, Filipinas e EUA, vindos das melhores universidades como Harvard ou Johns Hopkins:

«Todos os alunos são muito interessantes e interessados, no sentido em que têm uma vivência e uma posição face à saúde planetária muito consolidada e bem perspectivada, com muita maturidade, sabem muito bem o que querem» diz-nos Cecília Rodrigues, destacando a diversidade de experiências: «Temos desde médicos, engenheiros informáticos, arquitetos paisagistas, enfermeiros e psicólogos. A variedade é imensa.» Esta maturidade implica uma maior exigência por parte do Programa, fazendo dos alunos parte integrante da sua construção: «Os alunos querem muito partilhar a sua perspectiva e ter a validação e opinião do docente. Para além disso, são um auxílio na construção do Programa, fazem sugestões ao longo do semestre so-

bre como gostariam de ver cada um dos cursos a evoluir, estão muito disponíveis a ajudar-nos a traduzir o nosso conhecimento científico em algo que seja útil para os alunos.»

Voltado para a ação e resolução de problemas concretos, o Programa em Estudos de Saúde Planetária admite como válidas todas as perspectivas, não exigindo pré-requisitos nas suas candidaturas: «É um programa multidisciplinar, os problemas que afetam a saúde planetária são de tal modo complexos que só uma abordagem deste tipo permitirá resolvê-los.» Estão envolvidas as áreas da saúde, do ambiente, sociais, políticas, no fundo, todo o espectro disciplinar que permita resolver os problemas que envolvem os seres humanos, mas também os animais, o ambiente e a



Cecília Rodrigues, coordenadora do Programa de Doutorado em Estudos de Saúde Planetária
© André Farias Filipe

**«Acho que ninguém está à procura de uma definição de Saúde Planetária. A perspectiva nova é a de inter-relação e interdependência entre os diferentes sistemas: a saúde humana, animal e do planeta e de que forma se influenciam.»
Cecília Rodrigues**

inter-relação entre tudo isto. De que forma a saúde de uns afeta a de todos os outros e que questões sociais e políticas resultam de tudo isto para a resolução destes problemas?

«Quase todos os projetos destes alunos têm este ângulo. Uma aluna, da área do design, está a desenhar uma aplicação que acompanha o envelhecimento do indivíduo, no sentido de tentar resolver problemas de saúde que encontra no dia-a-dia, utilizando um design digital. Há projetos relacionados com a influência das migrações e movimentos populacionais na saúde planetária e de que forma esta perspectiva tem influência e é influenciada pela sequência de guerras ou alterações climáticas que obrigam a mudanças.» Orientado para uma vertente bastante ativa, o Programa prevê a elaboração de um projeto interventivo que culminará numa tese: «No fundo, será usar todo o pensamento científico que está por de trás de um doutoramento, quer seja um laboratório vivo quer seja em ambiente virtual.» Ainda que este seja o seu primeiro ano, o Programa abarca projetos de todos os tipos, tendo sempre por base a identificação de um problema por parte do aluno, da sua equipa de orientação ou ainda problemas identificados pelos parceiros deste programa doutoral: «A ideia é que haja um problema real subjacente a uma tese onde serão aplicados todos os métodos científicos para a resolução do mesmo e o aluno é o epicentro de tudo isto. Assim, aproximamo-nos mais de um programa que é transformador porque daí resulta uma solução concreta para um problema real.» Com uma duração de quatro anos, o Programa exige a presença

dos alunos no primeiro semestre, deixando a fase da tese dependente de cada projeto, não tendo que ser obrigatoriamente em Lisboa. Foi ainda criado um mecanismo que junta todos os alunos pelo menos uma vez por semestre, por forma a potenciar a troca de ideias.

O conceito de «Saúde Planetária» é relativamente recente, ao contrário de «One Health» ou «Saúde Global», bastante mais enraizados. No entanto, essa não é uma preocupação: «Acho que ninguém está à procura de uma definição. A perspectiva nova é a de inter-relação e interdependência entre os diferentes sistemas: a saúde humana, animal e do planeta e de que forma se influenciam. Estas influências são muito importantes e difíceis de estudar.» Quando questionada sobre se este programa resultou de uma necessidade ou curiosidade, a vice-reitora não hesita: «Ambas. A ideia deste programa doutoral resulta muito da atividade dos colégios da Universidade; são espaços onde pessoas de diferentes disciplinas se encontram e destes encontros surgem ideias novas para nos potenciarmos.» Uma ideia que, à partida, poderia parecer de difícil conciliação dada a dimensão e os agentes envolvidos mas que foi recebida com enorme abertura. Por isso, numa fase inicial, a reitoria funcionará como a entidade agregadora de todas as escolas da Universidade em torno deste objetivo comum: «O Programa poderá ser gerido por uma escola num ano, noutra período por outra, envolvendo todos de uma forma muito ativa. Não é fácil juntar tanta gente com perspetivas diferentes, mas tem havido uma grande abertura.»

SAÚDE TROPICAL E SAÚDE PLANETÁRIA

Conversa com
Ana Ribeiro e Teresa Melo

Cada uma das seis especialidades do programa doutoral em Saúde Planetária é duplamente coordenada. Ana Ribeiro, do Instituto Superior de Agronomia, e Teresa Melo, do Instituto Superior Técnico, são as coordenadoras da especialidade em Saúde Tropical, área preponderante na génese do programa doutoral. «Os trópicos são indissociáveis da saúde planetária», diz Ana Ribeiro; «funcionam como o coração do planeta, e um coração muito grande. Se este coração falhar, o planeta falha. Porquê? Porque os trópicos abrigam 80 % das espécies terrestres do planeta e são vitais para a regulação do balanço energético, de carbono e hídrico e, em última instância, do clima à escala global. Acresce a isto que mais de metade da população humana irá residir nos trópicos a partir de 2050, 70 % dos quais jovens e crianças.» Teresa Melo atenta na necessidade de alargarmos o conceito de «trópicos», dadas as recentes alterações climáticas: «Os trópicos chegaram a Portugal e a Espanha. As doenças estão a migrar e a voltar. Em Portugal já há malária, dengue.»

O estudo desta região reveste-se de importância pela diversidade de aspetos que reúne. A disputa pela sua riqueza de recursos origina questões de foro político, económico e social: «Os trópicos, pela positiva e pela negativa, são casos muito interessantes para investigar e perceber o porquê dessa não-viragem do “em desenvolvimento” para o “desenvolvido”, reflete Ana Ribeiro. Teresa Melo,

cujo trabalho em recursos hídricos e águas subterrâneas a levou a Angola, Moçambique, Cabo Verde e à América Latina, testemunhou de perto a interligação entre saúde humana, animal e o acesso à água: «Estive no deserto do Namibe. Para ter acesso a água abre-se um buraco no chão e dele bebem animais e pessoas. Os pais das famílias deslocam-se quilómetros com o gado porque não há água suficiente. Deixam em casa as mulheres e as crianças, mas os filhos do sexo masculino acompanham os pais. Há aqui uma interligação de fatores que tem de ser estudada globalmente.» Tais fenómenos estão a ter lugar também em Portugal, reforçando assim o alargamento do conceito de «trópicos»: «A questão da saúde planetária podemos-la ver no nosso país. Trabalhei em recursos hídricos no sudoeste alentejano e pude ver a ligação entre a questão da água e a emigração. A falta de água reduziu o emprego. Os emigrantes deslocaram-se ou permaneceram na zona, mas criando pressões sociais, económicas. Associado a isto, se não têm acesso aos serviços sociais, a sua saúde está em risco.» Ana Ribeiro complementa que é da região dos trópicos que a maioria dos migrantes que se deslocam para a Europa são oriundos, reforçando a relevância do estudo desta zona.

A saúde tropical é um reflexo do que os estudantes podem esperar do programa doutoral como um todo: «interdisciplinaridade, capacidade de adaptação a diferentes ambientes, professores, laboratórios, e diferentes tópicos vistos de ângulos diferentes», de acordo com Teresa Melo. Ana Ribeiro acrescenta que «qualquer estudante, nas



Ana Ribeiro e Teresa Melo
© André Farias Filipe

suas diferentes teses, procurará aplicar estas ferramentas interdisciplinares e holísticas para tentar criar conhecimento novo, inovação tecnológica ou o que seja, mas com um caráter mais abrangente, à escala planetária».

O caráter desafiante do programa encontra o seu equivalente nos desafios colocados pelos doutorandos: «São alunos com muita e boa experiência. Temos quem vem de engenharia aeronáutica até médicos e arquitetos. Lançam imensas perguntas, são exigentes connosco, avaliam e muitas vezes temos de adaptar as disciplinas, porque não estão a correr bem ou, se estão, têm de correr melhor. Eles obrigam-nos a melhorar. Isso é muito gratificante. O programa não cumprirá os seus objetivos se não houver uma aposta clara dos professores em fazer diferente», diz Teresa Melo. Neste primeiro ano tornou-se claro

para Ana Ribeiro que «este tem de ser um programa completamente fora da caixa; não há aqui uma relação professor–aluno: há pessoas que se encontram e partilham conhecimento. Os mais velhos, nós, vamos, em conjunto com estes jovens, tentar traçar caminhos que permitam desenvolver novos modelos. Para tal, temos de lhes dar as ferramentas, mas não é a ensinar conceitos, é a discutir com eles os conceitos e como os podemos aplicar. A curto prazo, o que tem de se limar é esta inovação pedagógica». A par desta questão pedagógica, Teresa Melo sublinha ser essencial criar serviços de apoio aos estudantes internacionais: «Os gabinetes têm um horário de expediente fixo e o apoio acaba por ser dado pelos professores. Temos de criar um gabinete mais próximo, mais versátil, que não tenha um horário inflexível. Eles vêm sozinhos. Para os europeus é mais

fácil, para estudantes fora da Europa é mais complicado. Precisávamos de um grupo a estudar estas necessidades, bebendo das informações que vamos dando e das experiências vividas.»

As ambições para o programa passam também pela sua expansão internacional, em articulação com instituições a trabalhar nas mesmas áreas e com a mesma diversidade, criando uma rede que possibilite aos estudantes realizar uma prática, ou até mesmo a tese, noutro país. «Era o nosso grande objetivo», diz Teresa Melo. Os primeiros resultados da fundação deste programa doutoral serão visíveis dois anos depois de os primeiros estudantes terminarem este ciclo, arrisca Ana Ribeiro: «Só quando os alunos começarem a demonstrar as suas capacidades e a dar nome e visibilidade ao curso é que vamos começar a ter os primeiros frutos.»



Exploração agrícola de cana-de-açúcar nas proximidades de Río Piedras, Porto Rico
© Jack Delano

**«Os trópicos
funcionam como o
coração do planeta.
Se este coração
falhar, o planeta falha.
Porquê? Porque os
trópicos abrigam 80 %
das espécies terrestres
do planeta e são vitais
para a regulação do
balanço energético, de
carbono e hídrico e,
em última instância, do
clima à escala global.»
Ana Ribeiro**

CHANTAL RIGGS

Representante dos estudantes

Veio dos Estados Unidos e está a morar em Lisboa, onde ficará pelo menos até terminar o doutoramento. É a representante dos estudantes, posição que ocupa com gosto e experiência, dada a função de coordenadora que desempenhou na Planetary Health Alliance, uma organização global, composta por cerca de 500 instituições em mais de 80 países, dedicada à compreensão dos impactos das alterações ambientais na saúde humana: «Coordenava a criação de comunidades e o seu envolvimento. Geria a rede Next Generation Network, onde trabalhava com estudantes no sentido de os instruir em saúde planetária para que eles também o fizessem com outros estudantes.» Foi lá que teve conhecimento do doutoramento em Saúde Planetária, que respondeu à sua vontade de prosseguir a investigação nesta área, depois de uma licenciatura em Saúde Pública e Ambiente e um mestrado em Saúde Pública Internacional e Intervenções Sociais e Comportamentais, ambos na Universidade Johns Hopkins.

Enquanto representante dos estudantes, é a peça-chave na comunicação entre estudantes e professores: «Criar a posição de representante dos estudantes foi uma boa ideia. Comparativamente com o exemplo dos Estados Unidos, um grupo de 28 doutorandos é considerado grande. Todos temos formações diferentes, e vimos de lugares diferentes. O meu papel é reunir esta variedade de perspetivas e pô-las em diálogo com o corpo docente, também muito variado porque oriundo das 19 Escolas da Universidade. Há muitas peças a

encaixar de ambos os lados. Entusiasma-me estar nesta posição, promover estas interações entre as duas partes e também contribuir para facilitar a logística.» Tratando-se do ano inaugural do programa, a experiência dos alunos é essencial para melhorar questões logísticas e de pedagogia, já a serem consideradas no 2.º ano. Uma das questões apontadas foi a diferença de métodos pedagógicos entre os professores; outra, a necessidade de maior apoio em assuntos como equivalência de graus, alojamento, ou candidaturas a bolsas de financiamento.

Acredita que o local onde cresceu, a região Noroeste dos Estados Unidos, influenciou a sua escolha por esta área de estudo: «Cresci numa zona muito bela, com montanhas, oceano, cursos de água, planícies, deserto. Acredito que isso me atraiu para a área da saúde global, até pelas mudanças que fui vendo, como a poluição das águas e o abate florestal pela indústria madeireira.»

A tese de doutoramento ainda se encontra numa fase incipiente, mas a ideia de partida está bem delineada: «A saúde planetária é muito recente enquanto campo científico, mas os conceitos existem há muito tempo, séculos, mesmo, e em diferentes comunidades. Quero pegar no conceito e na terminologia e em como são traduzidos e usados nestas políticas e governanças diferentes, reconhecendo que muitas regiões já possuem uma compreensão epistémica da relação entre bem-estar humano e planetário. Quero explorar como estes sistemas de conhecimento existentes podem ser integrados em políticas para benefício de toda a sociedade. Quando desenhamos uma intervenção numa comunidade ou quando trabalhamos

em saúde global, o envolvimento da comunidade é a parte mais importante do trabalho. É o que determina a longevidade e a sustentabilidade da intervenção. Se na comunidade já existe vocabulário que descreva o conceito, mesmo que não use a mesma terminologia, o meu argumento é que se trata de saúde planetária e que devemos usar esse sistema.»

O balanço que faz deste primeiro ano, opinião partilhada por todos os colegas, é positivo. Considera que a vertente curricular é um reflexo perfeito da abordagem holística e interdisciplinar inerente à Saúde Planetária: «Neste primeiro ano as disciplinas foram uma excelente introdução a todas as opções disponíveis. Abrangeram a variedade de áreas da saúde planetária. Aprendemos sobre poluição atmosférica, pensamento sistemático, mudanças nos modos de transmissão da malária provocadas pelas alterações climáticas, a construção das cidades, saúde cardiovascular. Foi muito interessante ver as ligações entre estes temas aparentemente tão diferentes.» •



Chantal Riggs © Acervo pessoal



Miguel Tamen

É professor na Faculdade de Letras, diretor e fundador do Programa em Teoria da Literatura. Ao som da Antena 2, conversámos sobre literatura, arte e sobre como, afinal, a universidade deve ser.

Fotografia © Ana Luísa Valdeira

ULISBOA O que ainda o surpreende na literatura?

MIGUEL TAMEN

A palavra interessante é realmente «surpreender». Quando falo com os meus colegas, ninguém lê coisa nenhuma, estão sempre a ler. São professores, têm que ter preparadas as coisas de que vão falar. Continuo a achar que, na nossa relação com a literatura e com a arte, há um elemento de impreparação que não pode ser combatido através de uma repetição constante de práticas. Um livro pode ser aquilo de que não estávamos à espera, seja lido pela primeira vez ou muitas vezes. A maior parte das pessoas, e eu não sou diferente, lê coisas por acaso, e aquilo que está a ler não tem nada a ver com aquilo que vai fazer. Acho isso muito útil e importante.

ULISBOA É importante para se ser professor?

MT A coisa mais importante para se ser professor é não perder uma dimensão de «clínico geral». É ser o contrário de um especialista. Não digo que não seja importante saber muito bem certas coisas e isso confunde-se com a ideia de especia-

lista, mas o mundo – e a universidade faz parte do mundo – está cheio de formas de estupidez que é a estupidez dos especialistas.

ULISBOA Se pudesse eliminar uma ideia comum sobre a literatura qual seria?

MT A ideia de que a literatura serve para fazer sermões e dar lições de moral.

ULISBOA Que autores mais influenciaram o seu pensamento?

MT Ler literatura não é diferente de ler filosofia, crítica prática ou arte; ler ficção não é diferente de ler poesia. Em alturas diferentes lêem-se autores diferentes, é como ter doenças que ressurgem periodicamente. Isto não depende de um plano ou de uma intenção, houve autores que li muito em certas alturas e que não voltei a ler, e outros que reaparecem quando menos esperava. Mais do que autores, penso em livros que foram muito importantes para mim e dos quais não me consigo livrar ou, como dizia a psicanalista Melanie Klein sobre os bebés, livros que não consigo ter longe de mim, não porque os vá ler, mas porque acho agradável tê-los por perto. São muito pouco surpreendentes,

coisas como as *Investigações Filosóficas* de Wittgenstein ou *Em Busca do Tempo Perdido* de Proust; *The Life of Samuel Johnson* de James Boswell; *A República* de Platão; *A Alice no País das Maravilhas*, as duas «Alices» são muito importantes para mim.

ULISBOA Diz que interpretar um texto pode ser um erro extremo.

MT Houve um crítico que falou particularmente sobre isso. Defendia que as nossas melhores ideias dependem de não vermos certas coisas, ou seja, são os erros de perspetiva que criam as melhores perspetivas. A melhor perspetiva de uma pessoa sobre um livro, sobre um problema, uma questão política ou uma outra pessoa não é dada por ela poder ocupar uma posição onde tem toda a informação possível sobre aquilo que está a estudar, mas é tornada possível pelas faltas de informação e dos preconceitos, das coisas que não consegue ver. Escusamos de entender preconceitos como distorções ideológicas, podem ser conteúdos reprimidos à la Freud ou podem ser coisas que não estou habituado a ver. A expressão «erro extremo» foi usada pelo escritor francês La Fontaine numa carta a outro semi-filósofo, La

Rochefoucauld, em que ele diz que querer falar para toda a gente é um erro extremo.

ULISBOA As capas do livro *Erro Extremo* têm todas imagens de casas. Porquê?

MT Queria uma imagem que exprimisse o tipo de situação que estava a tentar descrever no livro. Lembrei-me de uma imagem maravilhosa de um filme do Charlie Chaplin, *Químera do Ouro*, em que um prospetor de ouro constrói uma cabana no topo de uma montanha e há uma cena muito divertida em que a cabana oscila, como se a casa fosse um barco. Quando as pessoas passam para um lado, a casa inclina-se. Foi essa a ilustração que, com felicidade, o desenhador fez no primeiro volume e embarcámos na linha de casas disfuncionais.

ULISBOA O que é ler bem um texto literário?

MT Depende dos contextos. Um critério muito comum e genuíno é perceber que a pessoa que está a ler bem consegue explicar bem o que está a dizer ou descrever de um modo adequado, argumentado, razoável e racional. Muitas vezes, o indício de que alguém está a ler bem pode ser uma coisa mais difusa, por exemplo, fazer uma observação surpreendente que nos deixa a pensar; ou fazer uma observação que nós temos pena de não ter sido nossa [*Risos*], acontece muitas vezes; ou uma pessoa ir mudando de ideias

gradualmente acerca de uma coisa, como quem está a afinar um instrumento de cordas, e há um momento em que dizemos: «está perfeitamente afinado, como uma quinta perfeita entre duas cordas do violino». Dito isto, ninguém que tenha tido a prática de ler coisas duvida por um momento que não haja leituras boas e más, leituras certas e erradas, como só um louco achará que não há frases verdadeiras e falsas. As pessoas que não percebem nada de vinho fazem muita troça da maneira como as pessoas que percebem de vinho falam, mas as pessoas que percebem de vinho garantem-nos que essa conversa corresponde à distinção de certas propriedades que quem não percebe de vinho não consegue distinguir. Como é que aprenderam a falar assim? É um processo de aprendizagem que implica repetição, hábitos, correção, explicação, que é gradual, e que não é muito diferente do processo de leitura, que é basicamente perceber semelhanças e diferenças.

ULISBOA Qual deve ser a maior preocupação de um estudante quando entra para a universidade?

MT A preocupação fundamental deve ser não se preocupar com a vida a seguir. Não se preocupar com a profissão, nem com o futuro. Uma parte dos problemas da universidade vem da preocupação com o futuro.

ULISBOA Hoje pede-se que um jovem do secundário já saiba e

tenha de decidir o que vai fazer.

MT Essa é uma das minhas embaraços mais consistentes sobre este tópico: o sistema de admissão às universidades é bárbaro, o sistema de seleção de alunos é bárbaro, o modo como se tratam os alunos e organizam os cursos é bárbaro e contraproducente. Não tenho nada de bom a dizer sobre isso.

ULISBOA O que mudaria na admissão ao Ensino Superior?

MT No ensino pré-universitário não obrigaria as pessoas a escolher áreas de estudo tão cedo. No ensino superior, acabava com os exames nacionais, deixava as universidades admitirem os seus estudantes e prometia a qualquer aluno poder candidatar-se ao número de universidades que quisesse. E estou a falar de universidades, não de cursos. Mudaria a ideia de que as pessoas se candidatam a cursos. As pessoas candidatam-se a Literatura Clássica, Geologia ou Medicina e isso parece-me horrível. Acho que é muito provável que um bom classicista seja formado por aquilo que não são os Estudos Clássicos e que um bom biólogo seja formado por aquilo que não é Biologia. Acho que a universidade deve deliberadamente não tomar partido sobre questões do género: «o que é necessário para se ser um bom biólogo?»

ULISBOA Qual a diferença entre o ensino vocacional, como Medicina, e o ensino não vocacional?

«A coisa mais importante para se ser professor é não perder uma dimensão de «clínico geral». É ser o contrário de um especialista.»

«As universidades não são Atividades de Tempos Livres, nem *babysitting*, nem Agências de Emprego.»

MT A minha posição é a de que o ensino vocacional deve ser aprendido depois e que deve ser dado tempo às pessoas para encontrarem a sua vocação. A vocação não se encontra porque os outros dizem, a vocação é um processo. Perceber que queremos fazer qualquer coisa demora tempo e a universidade pode ajudar. É para isso, a meu ver, que os primeiros ciclos servem. Só se devia estudar Medicina depois de 3 anos a fazer outra coisa. No entanto, o que acontece é que se estuda Medicina porque se teve 19 a Biologia no liceu. Dentro das minhas embirrações estão também os cursos de empreendedorismo, que é a ideia de que se ensinar as pessoas a serem empreendedoras elas vão ser empreendedoras. Já agora também devíamos ter cursos de bondade para ensinar os alunos a serem boas pessoas.

ULISBOA As mudanças que têm ocorrido no sistema de ensino universitário refletem-se nas humanidades?

MT Sim. A ansiedade de justificar as humanidades é mostrar como são parecidas com as ciências: temos laboratórios, centros de investigação, comunidades científicas, métodos, sistemas de corroboração, experiências, previsões, tudo. A palavra laboratório usa-se hoje nas humanidades com uma alegria extraordinária. De repente decidiu-se que tudo tinha de ser ciência. Numa universidade não se deve conseguir distinguir ensino de investigação. A ideia de que há duas castas é horrível. Parece que Portugal voltou à Índia antes de

1947. Neste sistema de castas temos investigadores que não querem dar aulas e professores que são considerados estúpidos porque não investem no sentido científico. Ora, este é um segredo muito mal guardado, mas nas humanidades não há investigação no sentido científico, há investigação no sentido trivial, no sentido em que quero saber mais sobre uma coisa e vou tentar saber mais sobre essa coisa. Também há outra diferença importante: a investigação nas humanidades é individual, não precisa de equipas e não precisa de quase dinheiro nenhum. Do que é que precisa? Precisa de salas de aulas, mesas de seminários, pessoas que ouvem pessoas, interlocutores, dinheiro para livros e pouco mais.

ULISBOA O Programa em Teoria da Literatura não forma especialistas, mas pessoas curiosas. Falamos um pouco deste programa.

MT Fundei o curso com o meu colega, amigo e agora patrão António Feijó, no início dos anos 1990. A ideia era ter seminários com tópicos muito diferentes, permitindo também temas de teses muito variados. Isto foi sempre uma possibilidade porque todos os professores ligados ao programa têm a tal proeminência de «clínicos gerais». Não admitimos muitos alunos porque o ensino que defendo requer tempo, atenção pessoal, dedicação e diálogos entre pessoas. Normalmente admitimos 10 a 12 estudantes no mestrado, e 2 a 4 no doutoramento. Os seminários são partilhados por alunos

de mestrado e doutoramento. Um seminário não é um culto religioso, nem uma experiência erótica coletiva, mas sim uma atividade cognitiva que depende da disparidade de perspetivas e da assimetria de conhecimentos.

ULISBOA Como é que a universidade deve ser?

MT A universidade deve ser mais autónoma. Não deve depender do Estado, não deve depender das pressões do Estado, não deve ter missões nacionais. A atividade da universidade não é uma forma de apostolado, no sentido de contribuir diretamente para a melhoria da sociedade. Isto não quer dizer que as pessoas aqui sejam todas irresponsáveis e muito menos quer dizer que as pessoas não tenham preocupações genuínas com problemas políticos e sociais. Têm, devem ter e não podem deixar de ter. No entanto, quando se imagina que a universidade é uma espécie de democracia ou de ajuda da felicidade, o resultado é sempre mau. A universidade deve ensinar às pessoas algumas das melhores coisas que foram feitas, mas não pode ser responsável pelo resto da vida das pessoas. As pessoas são as responsáveis pelas suas vidas, não a universidade. As universidades não são Atividades de Tempos Livres, nem *babysitting*, nem Agências de Emprego. O meu argumento não é contra a importância de se ter um trabalho. Mas a altura para arranjar um trabalho não é a universidade. A universidade é um animal diferente. •

Admirável mundo cartografado

Entrámos na Mapoteca do Centro de Estudos Geográficos, do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, com o seu coordenador científico, Francisco Roque de Oliveira, e a sua diretora técnica, Sandra Domingues. Com eles, seguimos não apenas as linhas do espaço mas também do tempo, não apenas de um território, mas também de um povo, que os mais de 50 000 mapas ali guardados contêm.

—
Fotografias © Ana Luísa Valdeira

A Estação Espacial Internacional orbita a cerca de 400 km do planeta Terra. Nas 24 horas que compõem um dia aqui, a Estação descreve 16 órbitas em seu redor. A cada noventa minutos, os seus tripulantes assistem a um nascer do Sol, à medida que transitam entre o hemisfério Sul e o hemisfério Norte. A Terra é vista a olho nu. Só em territórios orbitados no período noturno há indícios da presença humana no planeta, as constelações luminosas dos grandes e pequenos centros urbanos. De dia, nenhuma marca ou fronteira de origem humana são discerníveis. Vista àquela distância, o planeta é uma sucessão fluida, contínua, de terra e água.

Tal como a contagem do tempo, das horas, dias e anos, é uma convenção que segmenta uma conti-

nuidade e permite a sua medição, e apropriação, à escala humana, também um mapa só é possível mediante um conjunto de convenções, desde logo a representação do norte na metade superior. De frente para a porta de entrada da Mapoteca do Centro de Estudos Geográficos está uma cópia do mapa-mundo de Fra Mauro, monge cartógrafo veneziano do século XV. Este mapa foi uma encomenda do rei D. Afonso V na tentativa de perceber se havia ou não ligação marítima entre os oceanos Atlântico e Índico, para poder avançar com o empreendimento comercial marítimo em direção ao Oriente. Fra Mauro desenha essa ligação, com uma particularidade: está representada no topo do mapa. Neste mapa-mundo, o sul fica no topo e o norte na base. O mesmo acontece nas representações árabes: os lugares sagrados

nunca poderão ser colocados na base de um mapa. Nos mapas medievais judaico-cristãos, as representações aparecem orientadas a leste, com Jerusalém ao centro, a Ásia em cima, a Europa em baixo, à esquerda, e a África à direita. A convenção que dita que o norte fica no cimo de um mapa é da mesma natureza daquela que dita que ao centro de um mapa-mundo deve estar o oceano Atlântico. Mude-se de continente e observe-se Pequim no centro dos mapas chineses e os Estados Unidos em primeiro plano nos mapas norte-americanos. De onde vêm as convenções acerca do que fica no cimo ou no centro de um mapa? «Das culturas», diz Francisco Roque de Oliveira; «qualquer cultura se coloca no centro porque vê tudo em sua função», completa.

Na sala da Mapoteca estão cerca de 50 mil mapas, a sua maioria dos

Atlas geográfico em *puzzle*, feito em cubos de madeira, França, c. 1900. Exemplar que pertenceu ao farmacêutico Henri Daveau (1884-1980) e foi oferecido à Mapoteca do CEG pela sua filha, Suzanne Daveau





A projeção perfeita não existe; qualquer que seja a escolhida tem implicações nas proporções com que certas partes do mundo serão representadas e em como isso afetará a compreensão desses territórios.



séculos XIX e XX. O número é indicativo dos títulos, não da quantidade de objetos individuais guardados – só a Carta Militar de Portugal é composta por 612 folhas, cada folha tendo tido em média cinco edições. A coleção é maioritariamente constituída por séries cartográficas e temáticas, cartas hidrográficas, boletins meteorológicos, atlas e mapas parietais de Portugal e dos territórios das ex-colónias portuguesas em África. Os documentos

provêm do setor de publicações oficiais do Estado português e foram sendo adquiridos pelo Centro de Estudos Geográficos a partir de 1943, data da sua fundação. Houve também integração de documentos a partir de projetos conjuntos com o Instituto Hidrográfico da Marinha Portuguesa e com o Instituto Geográfico do Exército, a partir dos quais foi possível completar as coleções de cartografia militar antiga e dos antigos territórios em África,

1. **Atafona de besta na ilha de S. Miguel, desenho de Raquel Soeiro de Brito, 1955.** Publicado, em formato reduzido, na tese de doutoramento de Raquel Soeiro de Brito, *A ilha de S. Miguel: estudo geográfico*, defendida na Universidade de Lisboa e publicada pelo Centro de Estudos Geográficos em 1955.
2. **Carta concelhia de Portugal: quotas por habitante na contribuição industrial, gravada por Augusto Nunes de Carvalho, de 1883.**
3. **Vista de São Brás de Alportel, desenho de Mariano Feio e Fernando Galhano, 1952.** Publicado, em formato reduzido, na tese de doutoramento de Mariano Feio, *A evolução do relevo no Baixo Alentejo e Algarve: estudo de Geomorfologia*, defendida na Universidade de Lisboa e publicada pelo Centro de Estudos Geográficos em 1952.

acerca dos quais havia falhas a colmatar. Hoje, a coleção está consolidada e constitui-se como arquivo científico. Que condições são necessárias para a sua preservação? Sandra Domingues explica que «há a conservação horizontal, em armários desenhados expressamente para este tipo de conteúdos, onde os mapas são guardados em capas e envelopes *acid free*. E há a conservação vertical, em que os mapas são mantidos enrolados e pendurados, para não se rasgarem.»

O uso destes mapas por estudantes e investigadores é residual. Já não se parte para trabalho de campo com um mapa debaixo do braço, como antes do advento dos meios digitais. Antes, para as missões nos territórios africanos, dos mapas maiores, em rolo, faziam-se cópias em tela passíveis de serem dobradas e transportáveis, tal qual um mapa de estradas (referência que, para alguns, será já a de um objeto museológico). Contudo, são consultados em aulas de geografia física, por exemplo, para comprovar alterações litorais, de povoamento, de ocupação agrícola do solo há 50 anos, para ver a evolução e a velocidade da evolução de aspetos físicos e humanos. A cartografia «serve de memória do território, tal como as fotografias», compara Francisco Roque de Oliveira, mas previne: «Com o desconto que é preciso dar à cartografia. Há épocas em que se repetem os mapas: o facto de ser feito dez anos depois não significa que tenha sido feito um novo trabalho sobre os territórios.» A reunião de várias edições de um mesmo mapa é importante para compreender quer um território quer uma prática.

Estes mapas são também usados na disciplina de cartografia, integrante do 1.º ano da licenciatura em Geografia. Aqui são trabalhadas algumas formas manuais de elaboração de mapas e ensinadas as regras e normas cartográficas, conhecimento essencial para prover os estudantes de um indispensável espírito crítico em relação ao que é produzido pelos computadores. É com este objetivo que a disciplina é mantida.

O desenho de um mapa é agora realizado com recurso a fotografia aérea e de satélite. Antes, eram elaborados por desenhadores cartográficos, manualmente, de forma minuciosa e de acordo com a informação obtida pelas medições topográficas. Note-se, contudo, que na época de Fra Mauro os grandes desenhadores cartográficos eram monges que nunca saíam dos mosteiros: elaboravam os mapas somente com recurso a informação que lhes era trazida. Um facto impensado, mas lógico, é que, até ao século XX, a cegueira era uma das doenças desta profissão, pelo esforço exigido à visão no desenho de curvas de nível ao milímetro. A partir do século XIX, em Portugal, houve também os gravadores cartográficos, com a introdução da litografia na cartografia portuguesa. Numa pedra calcária, as linhas do mapa eram gravadas a bisturi e ácidos. As ranhuras eram abertas consoante a espessura desejada e depois preenchidas com tinta. Colocava-se o papel por cima, pressionava-se com um rolo, e o mapa ficava impresso. O mapa era gravado ao contrário, para que quando passasse o papel ficasse no sentido correto, como com um carimbo. Na entrada do IGOT há um exemplar deste processo: uma pedra

Os mapas da Mapoteca são consultados em aulas de geografia física para comprovar alterações litorais, de povoamento, de ocupação agrícola do solo há 50 anos, para ver a evolução de aspetos físicos e humanos.



Coleção de mapas parietais, séculos XIX-XX.
Coleção de mapas para exposição vertical em paredes, impressos em papel ou tela, a maior parte de tipografia alemã e francesa. Montados sobre tecido e frequentemente reforçados com varas de madeira, estes mapas eram utilizados no ensino da Geografia em salas de aula.



Coleção de mapas de campo topográficos e temáticos de diversas escalas, século XX. Utilizados intensivamente nos trabalhos de campo até finais do século XX, têm hoje uma utilização mais pontual, designadamente no contexto dos Sistemas de Informação Geográfica.

A convenção que dita que o norte fica no cimo de um mapa é da mesma natureza daquela que dita que ao centro de um mapa-mundo deve estar o oceano Atlântico. Mude-se de continente e observe-se Pequim no centro dos mapas chineses e os Estados Unidos em primeiro plano nos mapas norte-americanos.

calcária de 600 kg gravada com o mapa de Portugal. Estas pedras eram aproveitadas para vários mapas, dissolvendo-se com ácido as linhas gravadas e gravando outras por cima.

Este método permitiu a democratização da cartografia. Foi graças a ele que várias gerações cresceram com um mapa de Portugal pendurado na sala de aula: «Não havia escola que não tivesse um mapa pendurado, para que as crianças fossem moldadas naquela ideia de território. O mapa ajuda a construir a identidade do país», explica Francisco Roque de Oliveira. Um mapa, enquanto hipersimplificação da realidade, corresponde mais a uma ideia, a uma projeção de vontades, do que a uma cópia fiel da realidade. Projeção é, aliás, um dos conceitos-chave para compreender que um mapa carece de interpretação. «Um mapa é um exercício impossível,» continua Francisco Roque de Oliveira, «é tentar colocar num plano uma superfície que é curva. Só com um globo conseguimos dar uma proporção mais ou menos próxima do que existe, mas tudo tem uma deformação. Sobretudo nos mapas que pretendem representar o mundo todo, a representação dos oceanos está muito deformada. A Gronelândia aparece muito grande quando comparada com África; é uma deformação provocada pela projeção – quanto mais subimos de latitude, quanto mais nos aproximamos dos polos, mais temos de esticar o mapa para colocar o que resta.»

A melhor projeção – o melhor sistema de representação de uma parte ou da totalidade do território – é então uma esfera? Sim, mas não é prático. O mapa é tido como

uma revolução no modo como permite que, num só olhar, se apreenda a totalidade do mundo. A projeção perfeita não existe; importa perceber que qualquer que seja a escolhida tem implicações nas proporções com que certas partes do mundo serão representadas e em como isso afetará a compreensão desses territórios. Esta é a consciência que deve estar presente quando olhamos para um mapa: que se trata de uma representação que carece de interpretação de acordo com as escolhas que foram feitas.

A cartografia é, sobretudo, uma questão política, tal como as fronteiras nela representadas. Na carta geográfica de Portugal, elaborada entre 1860 e 1865 por Filipe Folque, é possível ver, em várias versões arquivadas na Biblioteca Nacional de Portugal, rasuras no local destinado à cidade de Olivença, algumas vezes colocada fora e noutras dentro do território português. Outro exemplo é a variação nas fronteiras do mapa Cor-de-Rosa de 1891 de acordo com as partes negociantes, originando várias versões com delimitações diferentes dos territórios reclamados. «As fronteiras não são naturais, são políticas. Às vezes são geométricas, outras não. Às vezes apoiadas em elementos naturais, outras não», como diz Francisco Roque de Oliveira. Apesar da questão de Olivença, o professor diz-nos que a fronteira entre Portugal e Espanha é a mais estável de toda a Europa: «A nossa fronteira é muito antiga. Está estável desde o século XII. Não há na Europa nenhum exemplo desta estabilidade de fronteira. A maior parte das fronteiras europeias foi

revogada uma, duas, três vezes, já no século XX. Algumas estamos a ver mudar. Estamos a assistir a uma época, como dizemos em geografia, de orogénese, uma produção de fronteiras acelerada. É como a sistmologia. Há períodos mais calmos, em que há mais estabilidade nos novos traçados. Depois caem uns impérios e lá se fazem mais umas quantas fronteiras novas. Agora parece que estamos num outro momento de revisão rápida das fronteiras, que é sempre violentíssima e normalmente faz-se com guerras. Por regra, as fronteiras pacíficas são as que resultam das reunificações, como no caso da Alemanha.»

Não será por acaso que a maior parte do acervo da Mapoteca provém de instituições militares. A cartografia é inseparável do ato de apropriação: «É um tique da humanidade: cartografar o que se conhece e dar nome às coisas», re-

flete Francisco Roque de Oliveira. Nomear ou renomear, mesmo territórios até hoje só pisados parcialmente e uma única vez, como a Lua. Todo o território lunar está mapeado e nomeado, segmentado em crateras e oceanos. Uma dessas crateras denomina-se, sem espanto, Fra Mauro. Será também sem espanto que, a acontecer, receberemos a notícia da reclamação de território lunar por potências terrestres.

Um mapa torna-se assim uma sobreposição de camadas físicas e humanas, no seu sentido mais lato. Podemos ter um mapa de 1950 que mostre a distribuição dos postes de eletricidade em Portugal ou um mapa de 1998 concebido para ser visto com óculos 3D de modo a dar a noção de relevo. Mantenhamos contudo presente que um mapa é tanto uma representação quanto uma inscrição: ele não só regista o que existe, mas também o cria. •

«Um mapa é um exercício impossível. É tentar colocar num plano uma superfície que é curva.»
Francisco Roque de Oliveira

1. Atlas hidroclimatológico de Portugal Continental, numa edição preliminar do Serviço Meteorológico Nacional, de 1968.

Exemplar da coleção de atlas da Mapoteca do CEG, que integra cerca de 400 volumes dos séculos XIX e XX e abrange vários tipos de altas, tanto mundiais como nacionais, regionais e locais, incluindo atlas gerais e temáticos, tanto antigos como modernos.

2. Pedra litográfica para impressão da Carta geographica de Portugal levantada em 1860-1865 sob a direção de Filipe Folque pelos oficiais do exército António José Pery, César Augusto da Costa e Augusto Gerardo Pery.

Gravada por António Correia Barreto, João de Moura Palha e Joaquim José dos Santos, esta carta constitui o primeiro mapa moderno de Portugal com representação relativamente rigorosa do território e introdução do relevo por curvas de nível.





Carlos Pina

É presidente do Conselho Geral da ULisboa desde 2021, tendo sido reeleito para um segundo mandato. Foi presidente do Laboratório Nacional de Engenharia Civil entre 2010 e 2021 e é desde 2024 presidente da Comissão de Segurança de Barragens. Falámos sobre o funcionamento do Conselho Geral, a sua relevância para a Universidade e os desafios que enfrenta, não deixando de aproveitar a oportunidade de colocar algumas questões que só um especialista em barragens nos saberia responder.

Fotografia © André Farias Filipe

ULISBOA O que o motivou a aceitar a presidência do Conselho Geral [CG] da ULisboa?

CP Fui professor do Instituto Superior Técnico [IST] durante mais de 30 anos. Deixei a lecionação quando assumi o cargo de presidente do Conselho Diretivo do LNEC, por achar que não eram compatíveis. Quando apareceu o convite para o CG da ULisboa fiquei muito satisfeito. Não fazia muito a ideia do que se me pedia. Vim a perceber o que era o CG, por que razão tinha membros externos cooptados, e achei que podia dar um contributo positivo dentro da minha experiência. Fiquei um pouco surpreendido, e perturbado. Foi no dia da eleição que me falaram do assunto. Naturalmente, aceitei. É uma honra e um privilégio.

ULISBOA Como tem sido a experiência de presidir o CG?

CP Durante o primeiro ano andei assim um pouco «aos papéis», embora ache que desempenhei a

minha função razoavelmente. Sem conhecer muito bem o contexto em que me integrava, fui aprendendo ao longo do tempo, conhecendo a Universidade mais de perto, conhecendo melhor o meio académico, que transparece nas reuniões do CG. Penso que isso me permitiu desempenhar um pouco melhor as minhas funções.

ULISBOA Tanto que foi reeleito.

CP Se tivesse desempenhado muito mal o cargo não o teria sido, mas deve-se também a outro aspeto relevante: o desempenho do cargo de membro cooptado é fácil em conjunto com a manutenção de uma profissão; o de presidente já não é tão simples. O facto de me ter reformado ao fim de seis meses de ter assumido o cargo ajudou muito. Não direi que é necessária uma ocupação exclusiva, mas o cargo toma cerca de 50 % do tempo da pessoa que o desempenha. Compatibilizar isso com outras atividades exigentes não é fácil.

ULISBOA Que assuntos levados a CG destaca nestes anos?

CP Os assuntos mais relevantes

na atividade normal do CG são a apreciação dos relatórios de atividades e dos planos de atividades apresentados pelo reitor. São os assuntos mais motivadores da participação dos conselheiros e mais relevantes para o funcionamento da Universidade. Em relação a assuntos não correntes relevantes, destacaria a questão que ocorreu há cerca de dois anos com a ocupação de algumas instalações universitárias, que desencadeou decisões ao nível de cada Escola e até aqui na reitoria, e que motivou debates acesos no CG. Houve outros igualmente importantes mas mais pacíficos, como a isenção de propinas para estudantes internacionais ou as ocorrências que resultaram da guerra da Ucrânia, que reuniram um consenso alargado.

ULISBOA Qual considera ser o papel mais importante do CG?

CP O CG da Universidade de Lisboa é responsável pela estratégia a prazo da instituição. É responsável do ponto de vista prático, porque tem de aprovar. Tem depois o aspeto mais

notório da eleição do reitor. Para além da eleição é importante o facto de o CG poder demitir o reitor. É um aspeto relevante para que o reitor e a equipa reitoral acolham algumas propostas do CG. Há aqui uma função de fiscalização, de responsabilização do funcionamento do reitor e da equipa reitoral, que têm funções executivas. Estas são as funções descritas na lei, quer no RJIES [Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior] quer nos estatutos da Universidade, mas quero salientar um aspeto que tem sido relevante: a Universidade de Lisboa tem 19 Escolas com um elevado grau de autonomia. O CG tem elementos da base do corpo académico, professores, investigadores, estudantes e técnicos, e permite que haja um conhecimento mais profundo de tudo o que se passa na Universidade. Noto que os conselheiros, quando são eleitos, têm um menor conhecimento do que é a realidade da Universidade. Portanto, o CG contribui para uma melhor agregação e uma capacidade de utilização do potencial que existe em todas as Escolas, onde também surge como um órgão unificador da Universidade.

ULISBOA Considera adequadas as competências do CG? E considera que toda a comunidade académica está bem representada no Conselho?

CP As competências parecem-me adequadas. Carece de explicitação melhor a competência de verificação da atividade da equipa reitoral. Há uma alínea que refere «propor as

iniciativas que considere necessárias ao bom funcionamento da Universidade» [Estatutos da Universidade de Lisboa, artigo 19.º, n.º 1, alínea h)]. Isso por vezes leva alguns membros da comunidade a supor que o CG é um órgão de recurso, quando não é. Há decisões do reitor menos bem acolhidas por algumas pessoas, que tendem a pedir ao CG opinião, mas não é essa a nossa função, o que não está claro na legislação. Quanto à representatividade, focava dois aspetos. Um deles ligado ao número de representantes dos vários corpos. Talvez os funcionários técnico-administrativos estejam sub-representados, com uma única pessoa; com duas trabalhariam melhor. A questão mais difícil, e para a qual não tenho solução, é a das Escolas. Há muitas Escolas que não têm ninguém que integre o CG; de resto a legislação não obriga a que tenha, há uma lista que é eleita. O número total de elementos é 35; professores e investigadores são 18, o que à partida excluiria logo uma, e há Escolas com dimensão muito grande. O CG anterior tinha 10 Escolas representadas, este tem 9. Eu não vejo solução porque a dimensão do CG não pode ser aumentada, porque depois não funciona. O número atual permite que todos os conselheiros tenham pelo menos uma intervenção. Se alargarmos, alguns não falarão. Algumas Escolas sem representantes têm pedido a minha intervenção no sentido de levar alguns assuntos às reuniões. Este impacto tem sido minimizado.

ULISBOA Que desafios enfrenta hoje a governação da ULisboa?

CP O principal é a dimensão. A gestão de 19 entidades independentes e a tentativa de criar um corpo só desse conjunto é um problema, e é natural que possa haver a integração de mais Escolas. É preciso ponderar bem como deve ser essa gestão. No que diz respeito às universidades públicas em geral, há o problema do abandono escolar, mas também, a montante, o tempo que os estudantes demoram a terminar a sua formação. Em média, um curso de cinco anos demora sete ou mais anos para ser concluído, o que é um desgaste significativo para os estudantes e para os recursos das próprias universidades. Os estudantes têm levantado estes assuntos no CG.

ULISBOA Consegue apontar as causas desses problemas?

CP A causa fundamental é a massificação do ensino. É o aumento muito grande do número de estudantes. O aumento é bom, mas há também a questão da menor preparação com que os estudantes chegam à universidade. Entram com 18 anos, há uma alteração significativa do processo de estudo quando se passa do ensino secundário para a universidade, há uma liberdade muito grande que aparece, um enfrentar de realidades muito diferentes e difíceis. Um acompanhamento próximo permitiria enfrentar essas realidades de outra forma. A equipa reitoral tem lançado processos nesse

«O Conselho Geral contribuiu para uma melhor agregação, é um órgão unificador da Universidade»

«É importante que se invista na melhoria da nossa ferrovia, até por motivos ambientais.»

sentido. A tutoria de estudantes nos primeiros anos tem sido posta em prática em algumas Escolas e com bons resultados.

ULISBOA Licenciou-se em Engenharia Civil e especializou-se na área científica de Barragens. Porquê a apetência por estes domínios?

CP Calhou. Quando me formei, queria, como a grande maioria dos bons alunos, trabalhar com estruturas importantes: pontes ou edifícios grandes. No entanto, isso não aconteceu. Ainda quando estava no IST surgiu a oportunidade de trabalhar com a empresa COBA, especialista em barragens. Não gostei muito. E quando concorri ao LNEC também havia uma necessidade premente no Departamento de Barragens. As pessoas do departamento conheciam o meu pai, falaram com ele e comigo, e acabei por ficar nesta área. Segui, gostei, fiquei.

ULISBOA O seu pai também está na origem da escolha de Engenharia Civil?

CP Sim, um pouco. O meu pai também era engenheiro civil. Tirou engenharia no IST e era militar. Ele insistiu muito para que não fosse militar como ele. O meu pai não tinha nada contra os militares, só que, em 1971, pensava que eu podia ir para a guerra e ele não queria. Fui para Engenharia Civil, não porque o meu pai me influenciou, mas porque fui tendo contacto com a atividade dele. Lembro-me de acompanhar alguns trabalhos do meu pai, quando teve comissões em Moçambique e Angola.

Os soldados punham-me a mexer nos comandos e a guiar os tratores e *caterpillars*. Acho que foi este aspeto que acabou por me influenciar, não o meu pai diretamente, mas o contacto com estas áreas.

ULISBOA Dentro das energias renováveis, e tendo em conta a situação atual de crise climática e ambiental, as barragens continuam a ser importantes para a produção de eletricidade?

CP Separava isto em dois aspetos. As barragens ainda são importantes? Sim. Para a produção de eletricidade? Também, mas não tanto. Contudo, não há nenhuma barragem que não tenha fins múltiplos. A utilidade das barragens para as populações é tão grande que dificilmente será possível a eliminação de alguma, sobretudo as de maior dimensão. A hidroeletricidade é o elemento mais importante da energia renovável, ou seja, é aquele que tem maior produção. Mas o interesse das barragens vai muito além da produção de eletricidade. Há um exemplo muito claro: a barragem do Alqueva. Todos conhecem o impacto que teve na região, quer em termos de clima, quer em potencialização daquela área. É preciso mitigar os inconvenientes, mas não devemos ser fundamentalistas porque para o progresso da nossa sociedade é importante que existam barragens.

ULISBOA De que modo as obras públicas do país foram afetadas pela crise financeira e pela pandemia?

CP A pandemia afetou um pouco, mas o impacto mais relevante foi

a crise financeira. O impacto foi de tal maneira grande que os próprios cursos universitários de Engenharia Civil foram afetados. Não havia praticamente candidatos e os que entravam, depois, mudavam de curso. Houve também uma redução muito grande de iniciativas na área da construção em geral e em todas as obras públicas, principalmente pela falta de financiamento.

ULISBOA Com o pouco investimento que existe, onde acha mais importante intervir, no domínio das obras públicas?

CP É preciso investir mais na ferrovia e na habitação. A ferrovia degradou-se totalmente, foi quase abandonada, também como consequência da existência das autoestradas. É importante que se invista na melhoria da nossa ferrovia, até por motivos ambientais. A habitação é a outra área. Há uma rarefação de edifícios habitacionais nos meios urbanos, consequência do envelhecimento da população e da redução dos agregados familiares. Há muitas pessoas a viver numa tipologia superior à necessária, daí precisarmos de mais casas. Por outro lado, existe ainda o envelhecimento das próprias construções que agora necessitam de reabilitação. Há outras necessidades, como hospitais e construções ligadas à educação, como escolas e residências, mas a ferrovia e a habitação são, neste momento, as mais necessárias, sobretudo se pensarmos no valor do investimento que é preciso garantir para que estas obras avancem. •



Éme

João Marcelo é Éme, escritor de canções e músico autodidata. O seu novo disco *Colegas de Trabalho* motivou uma conversa sobre os anos que passou na Faculdade de Letras, sobre inseguranças e a sua música. Ficamos a conhecer um pouco melhor o seu trabalho e como é encarar a vida com uma mentalidade George Costanza.

Fotografia © Raquel Montez Raimundo

ULISBOA A Faculdade de Letras foi relevante para se tornar músico?

M Já era músico antes de entrar para a Faculdade, na medida em que sou músico hoje. Nesse sentido, não. Percebi que, mais do que um músico, pudesse vir a ser um escritor. Sempre fui leitor, ouvinte de música e, a partir dos 15 anos, músico autodidata. Quando entrei para a Faculdade estava a começar e não me considerava músico porque não tinha valências físicas e intelectuais para me considerar músico. Percebi que o que produzia tinha mais em comum com um texto do que propriamente com o que às vezes achamos que é a música. Até então, só lia poesia e romances. Os textos críticos que li na Faculdade não intervieram na minha *cena* de ser músico, mas delinearam melhor o que fazia. Parece que estou a dizer que o que faço é mais do que música, mas não, é outra coisa que não música. É escrever.

ULISBOA Licenciou-se em Estudos Artísticos. Porquê esta escolha?

M Não havia Estudos Gerais. Queria escolher o máximo de disciplinas e professores possível. Tinha um amigo que tinha entrado, estava a gostar e me falava do que se estudava. A ideia dos Estudos Artísticos, pela descrição do meu amigo, era interessante. Havia a variante de Artes do Espetáculo e de Artes e Culturas Comparadas, ambas com muitas opções livres. Não tinha muito interesse em teatro, então a escolha foi fácil. Por coincidência, Estudos Gerais abriu dois anos depois.

ULISBOA Uma faculdade pode ter o papel de uma associação desportiva de bairro, no sentido de congregar pessoas e agir localmente?

M Acho que sim, até para a música. Através da Associação de Estudantes, conseguíamos organizar coisas. Começámos a fazer concertos em semi-candonga nas salas de aula e no Bar Novo. Não havia um aspeto comunitário porque ninguém da Faculdade aparecia. [*Risos*] Sinto-me excluído do Parlamento, da presidência, dos partidos, mas não da política em geral. Talvez aí possa haver uma espécie de versão

concretizada de uma ideia justa e que não se limita a ser ortodoxa em relação à execução de uma ou outra ideia. O futebol também podia ser isso, já vi jogos em que há uma ideia, uma cultura de classe, ou qualquer coisa que fica materializada. De certa maneira, consegui encontrar isso na Faculdade, uma espécie de criação de uma identidade.

ULISBOA A Universidade deveria estimular a criatividade?

M Há uma ideia – ligada à Universidade – de regras, do que deves fazer ou até de quem deves ser. Tinha vergonha, como ainda me acontece, num determinado contexto, de ser «o músico». Quando organizávamos coisas na Faculdade havia sempre a dualidade entre, por um lado, existir um espaço que nos é cedido e onde podem acontecer coisas; por outro, parecer que estás a fazer algo contra a ideia de ser mais um estudante. É agradável passar despercebido, mas o espaço estava lá e há que aproveitá-lo. Fizemos um concerto de *noise* numa sala de aula e nunca deixámos de ter a ideia de que estávamos a fazer aquilo contra a Faculdade. [*Risos*]

«A arte, sobretudo esta arte mais popular, está condicionada a viver das circunstâncias, ela não pode escolher exatamente o que quer ser.»

ULISBOA Classifica o que faz como «arte esquisita». O que é arte esquisita e arte não esquisita?

M Acredito que há uma arte menor e uma arte maior, e que me enquadro na primeira. São precisos poucos significantes prévios para se ouvir o que faço. Para se compreender música erudita contemporânea ou muita da poesia, para se perceber o que está ali a ser dito, tens que ter significantes prévios. Tento fazer o que faço, vulgo *pop rock*, com soluções menos óbvias, ou seja, onde os Coldplay atribuiriam a nota que a pessoa está à espera de ouvir, eu tento atribuir outra ou uma inesperada, tento não dar sempre a satisfação imediata que o estilo do que faço habitualmente dá. Isso pode ser uma forma de arte esquisita porque há um jogo de expectativa. Como trabalhamos com significantes utilizados muitas vezes e sabemos como aquilo costuma acabar, tento sempre jogar com essa expectativa. Por outro lado, há o simples facto de não estar a fazer isto para as visualizações, fazemos porque sim. Muitas vezes, até no meu grupo de amigos, o esquisito é a minha música ser tão normal. [*Risos*]

ULISBOA Os seus discos parecem refletir diferentes fases da sua vida, com as quais nos conseguimos facilmente identificar, apesar de serem muito singulares. Esta universalidade é intencional?

M Há um truque. À medida que fui fazendo mais músicas, a minha vida deixou de ser suficiente para conseguir exprimir as coisas que se

passam nela. Comecei a criar ficções que exprimissem melhor o que estava a sentir do que se descrevesse a situação real que espoletou a música. No «Dr. Rui Faria» [«Colega de Trabalho #1 – Dr. Rui Faria»] há verdade, mas não há nenhuma biografia. O que quero exprimir sobre mim está, muitas vezes, numa história que alguém me contou. Por exemplo, na «42», se já aconteceu àquela pessoa e à amiga que me contou e se revejo coisas sobre mim nessa história, acaba por ser uma espécie de *focus group* com o qual mais pessoas se vão relacionar. O que me acontece na vida profissional está mais bem exprimido no que acontece àquela personagem, os movimentos da vida não são tão dramáticos, não damos por eles a passar. As músicas são um espaço curto de mais, quero pôr muito coisa dentro de um invólucro muito pequenino. Se nos queremos aproximar da nossa própria verdade às vezes temos mais facilidade fugindo dela.

ULISBOA No caso da «42», sabemos que é um homem com 42 anos, cego de um olho e que vive com os pais. Ainda assim conseguimos relacionar-nos com a canção.

M A ideia era fazer uma história que exprimissem um personagem que fosse um brinquedo nas mãos das circunstâncias, que não tivesse agência e que a música fosse sobre a falta de agência sobre as nossas vidas e a falta de agência que a minha amiga tem sobre a sua própria vida, na medida em que diariamente é confrontada com uma coisa sobre

a qual não pode fazer nada. Talvez a próxima sobre o mesmo tema tenha circunstâncias completamente diferentes e as pessoas acabem por ver coisas distintas. Em *O Último Siso*, achava aquilo tudo muito vago. Depois, em *Domingo à Tarde*, tudo muito realista. É difícil conseguires fazer arte sem ser tudo muito vago e transmitires realidade sem seres realista. Há sempre esse exercício, em que tento caminhar.

ULISBOA Tem colaborado com músicos da mesma editora, a Cafetra Records, em quase todos os álbuns. Éme é nome individual ou coletivo?

M É uma questão cada vez mais em causa. Não fiz nenhum álbum completamente sozinho. Mesmo o anterior [*Disco Tinto*, 2024], supostamente a solo, não consegui fazer sozinho.

ULISBOA Queria?

M Era esse o desafio. Tinha aprendido a gravar e achei que conseguia.

ULISBOA Queria fazer um *Nebraska* [álbum de Bruce Springsteen, 1982]?

M Sim, queria literalmente fazer um *Nebraska*. E não saiu nem um *Nebraska* nem o fiz sozinho. A identidade de Éme fica cada vez mais difusa. A Mariana [nome artístico Moxila], que começou a trabalhar comigo em 2017, foi-se tornando cada vez mais preponderante até no processo de escrita. Antes tinha a ideia de que Éme era um projeto a solo porque eu escrevia as canções e quem colaborasse no álbum ajudava-me com os arranjos. Hoje, já nem as canções

faço sozinho. [Risos] Éme é quase uma banda. Só não o é integralmente porque o circuito está feito para tocares sozinho. Aí a arte também tem de viver das circunstâncias.

ULISBOA Refere-se ao circuito dos concertos?

M Sim, em Portugal. Há a segmentação por ligas. Como não tenho público para encher a Casa da Música, tenho de tocar no Café Concerto, que está preparado para receber uma ou duas pessoas ao nível de palco e de meios técnicos. Mesmo numa associação local, a venda de bilhetes por vezes não chega para levar a banda inteira e vou sozinho ou com a Mariana. Se, conceptualmente, Éme acaba por ser quase uma banda normal, materialmente tem de ser um solo ou um duo. Mas também sou um proponente de que a arte, sobretudo esta arte mais popular, está condicionada a viver das circunstâncias, ela não pode escolher exatamente o que quer ser.

ULISBOA Em tempos colocou-se a par de certos músicos *working class*. A quem se referia e o que os caracteriza? Ainda se considera parte desse grupo?

M Essa ideia vai mudando. À medida que vou navegando o mundo e este meio percebo que quase todos os músicos estão relegados a uma espécie de condição, não de *working class*, mas lumpen. [Risos] Mesmo o topo da cadeia alimentar, como o Rui Veloso ou os Wet Bed Gang. Só que há duas ramificações. Uma em que eu talvez até seja um traidor de classe, porque a minha raiz não é da classe trabalhadora, *lato sensu*, e outra em que gosto de ser um músico que depende de fazer música para a sua subsistência. Era talvez a isso

que me referia quando falei nesse conceito. O Ricardo Araújo Pereira disse que gostaria de ser músico porque os músicos são chamados para tocar sempre as mesmas músicas, mas ele estava claramente a referir-se a músicos com grandes êxitos. A minha ideia é que há um tipo de músico em que o trabalho é estar sempre a fazer mais músicas, e não a tocar os êxitos para as mesmas plateias, que vão crescendo à medida que o músico vai ficando sentado. O meu trabalho depende de ter sempre mais, de nunca parar de escrever, de a escrita se tornar uma espécie de coisa diária, constante, e não tanto essa ideia de *play the hits*.

ULISBOA Uma «colega de trabalho», Maria Reis, disse que se faz música a roubar os outros. Em «Fôsko» roubou a Bruce Springsteen e em «Coiote» a Joni Mitchell. A quem mais rouba?

M Por exemplo, em «Chama Chama» há uma citação de Violeta Parra. A «Disco Tinto» tem Blur na letra e no estilo da música. Depois há roubos de que não sei, coisas de que me esqueço. É uma citação se tu próprio souberes, mas se não souberes pode ser plágio. [Risos] Mais do que roubar, é importante ser o mais criativo possível, usar os materiais, as citações, como ignições. Mesmo que roube e enquadre isso dentro do que estou a fazer, tento sempre que seja uma espécie de fósforo para queimar uma coisa minha, e que haja muita agência minha nessa criação.

ULISBOA A canção «Bullies» parece remeter-nos para a banalidade do abuso. Escrever canções é uma forma de autorreflexão?

M A «Bullies», na minha cabeça, é um jogo de espelhos. Queria esse

jogo, nem demasiado autodepreciativa nem demasiado moralista. É um reflexo no sentido em que há vários reflexos. Ao espelho, uma pessoa vê-se de frente; com a ficção, consegue criar-se um jogo de espelhos em que a pessoa vê os pelos nas costas, os reflexos. O ideal é armar uma espécie de câmara de espelhos, com várias personagens. Todos temos uma espécie de movimento em que nos outros nos irritam mais as características que também identificamos em nós. Nessa música há essa pequena reflexão.

ULISBOA O novo disco, *Colegas de Trabalho*, parece ser sobre inseguranças e medo de falhar. Como se lida com falhanços irremediáveis e inevitáveis?

M A palavra «inevitável» é o que faz com que seja muito fácil de lidar. É inevitável, portanto, é indiferente. Se tivesse feito a pré-produção com o B Fachada muitas coisas teriam sido colmatadas. Isso não ter acontecido causa-me grandes inseguranças porque, quando trabalhamos com uma figura tutelar, ficamos resguardados de certos erros de principiante. Quando somos o produtor há a ideia de que não temos as capacidades suficientes para levar a cabo o trabalho da melhor forma possível. Mas está feito. A ideia de que em princípio há coisas que vão estar más é reconfortante. Não vai ser o último álbum, não foi o primeiro. Como dizia, há ideias que começaram há quatro álbuns e que ainda não consegui concretizar; para mim são fracassos e para outros são as suas músicas favoritas. É uma mentalidade George Costanza. [Risos] De uma maneira ou outra as coisas vão-se sucedendo. Nem sempre estamos em controlo e não tem problema nenhum. •



TELMO RODRIGUES LÊ SINGULARIDADE E COMENTÁRIO

Num livro de Rachel Carson, também publicado pela Imprensa da Universidade de Lisboa, conta-se a história de como dois ornitólogos da Universidade do Michigan, George Wallace — o professor — e John Mehner — o aluno —, perceberam, em 1954, que a pulverização de inseticidas para tratar uma doença dos olmos estava a dizimar os tordos americanos: «foi perfeitamente por acaso, pois naquela altura ninguém suspeitava que os tordos estivessem em perigo». Uma descoberta importante decorreu de um projecto de pós-graduação que se esperaria trivial.

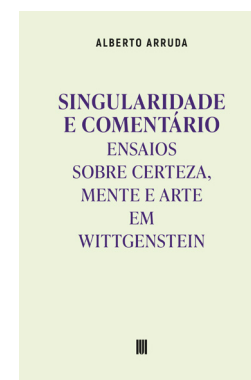
Vem este «acaso» a propósito da introdução de *Singularidade e Comentário*, que é apresentado como um «*field guide*, usado na identificação de pássaros ou plantas»; no caso, os objectos a observar são textos de Wittgenstein (sobretudo de *Da Certeza e Investigações Filosóficas*). Latente nesta apresentação está a ideia de que o trabalho reside sobretudo no observador, não no compilador; mas a analogia só funciona se o *field guide* mantiver uma relação singular com o seu compositor: estes são os caminhos percorridos por um autor num dado momento e o que há a observar está restrito pelas suas escolhas.

A elegância deste livro reside no facto de o caminho nunca ser apresentado como o

único, como o certo; faz-se ponderando as diferentes opções disponíveis, analisando as possibilidades abertas por cada escolha e, por vezes, reconfigurando o que já se fez à luz do que ainda está por fazer. Tal mostra, contra muita da produção académica contemporânea, que o ensino depende de «uma asserção contínua da qual fazem parte erros e lapsos, a convicção e a fragilidade de quem ensina, e, finalmente, a credulidade, ingratidão e piedade de quem aprende» (p. 21).

Deste ponto de vista, estamos na verdade perante um manual escolar (como a dedicatória deixa antever). Ao contrário de outros manuais, este não assume um modelo prescritivo, dependendo apenas da autoridade do autor sobre os textos comentados e, portanto, emulando um modelo clássico de ensino, o qual «depende de um ato de convicção por parte de quem corrige — de um professor que preserva a forma da prática —, assim como de um ato de credulidade da parte de quem é guiado, o aluno» (pp. 136-7). Devemos acreditar até estarmos prontos a reconhecer, muitas vezes «por acaso», que o guia que nos mostrou o caminho já não serve e, nessa altura, criar o nosso próprio caminho. Sugere-se aqui, entre tantas coisas maravilhosas, que a generosidade é virtude cardeal não só do professor que o escreveu, mas de qualquer professor digno. •

IUI
IMPRESA
DA UNIVERSIDADE
DE LISBOA



SINGULARIDADE E COMENTÁRIO

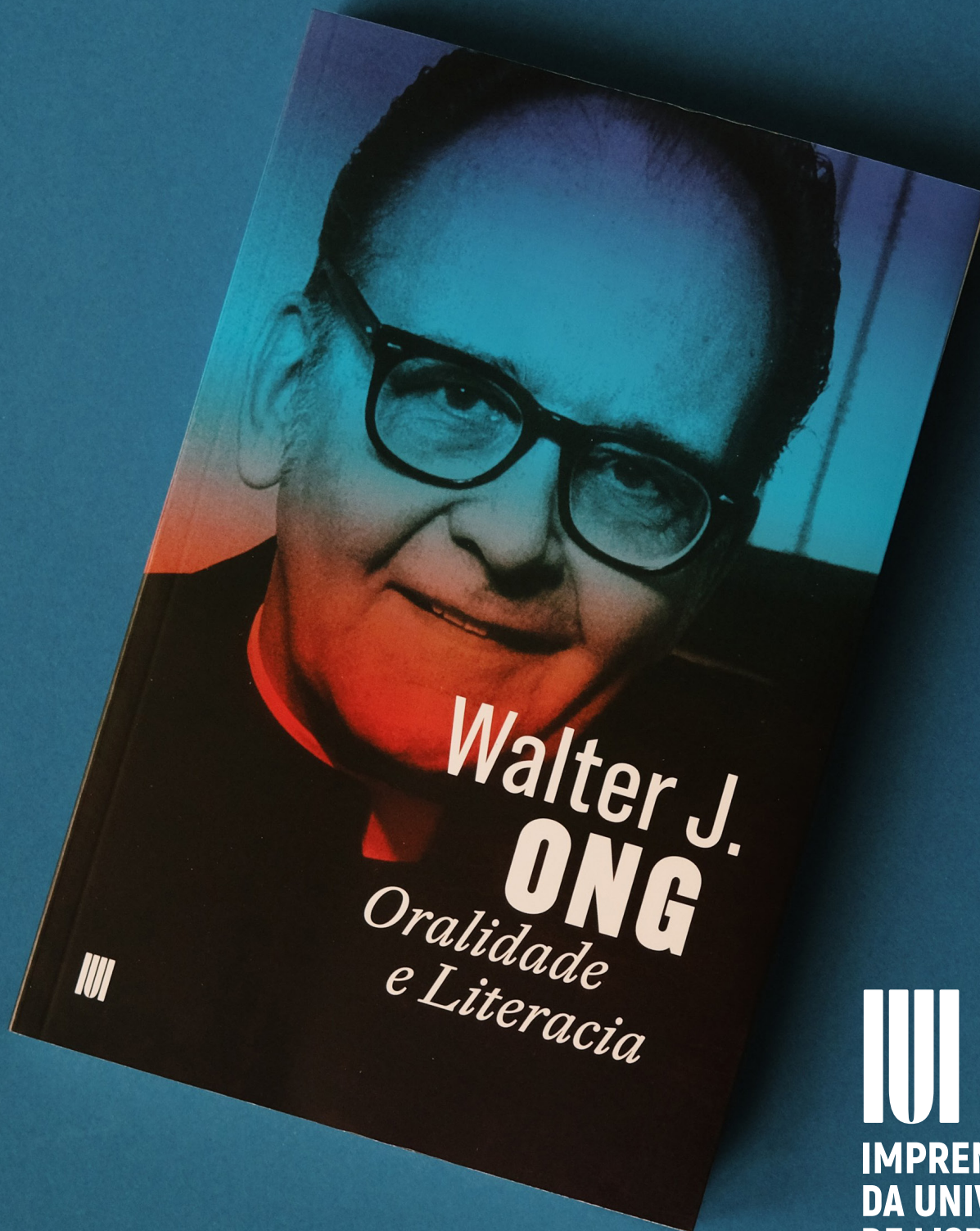
ALBERTO ARRUDA

ISBN: 978-989-8928-91-7

Abril de 2025

PVP: 14,90 €

186 páginas



Walter J.
ONG
*Oralidade
e Literacia*



**IMPRESA
DA UNIVERSIDADE
DE LISBOA**



**PLANETARY
HEALTH**
DOCTORAL PROGRAMME